

LÍNGUA MATERNA / LÍNGUA ESTRANGEIRA UM EQUÍVOCO QUE PROVOCA A INTERPRETAÇÃO

María Teresa CELADA
maitechu@terra.com.br
Universidade de São Paulo (USP)

1. A injunção a definir

A escrita deste texto surge da observação de um gesto recorrente em vários espaços da reflexão no campo dos estudos da linguagem: com frequência, quando se utiliza a nomeação **língua materna**, o adjetivo – “materna” – parece saturar o sintagma, convocando a necessidade de submeter o fragmento a um processo que expanda seus efeitos de sentido, evitando que estes fiquem presos a uma série de relações que parece apresentar-se como restrita e insuficiente. De nosso ponto de vista, a própria **constituição paradoxal do objeto** que essa nomeação se esforça em designar faz com que esta exponha uma abertura ao equívoco, desencadeando certos processos de determinação.

A modo de introdução, antes de entrar em nossa linha de trabalho e de delimitar nossos objetivos, começaremos por apresentar duas citações recortadas de textos nos quais são desenvolvidas reflexões ligadas ao campo da psicanálise. Nelas tentaremos focalizar as operações de redefinição que a forma material da referida nomeação – “língua materna” – convoca. Na primeira dessas citações, extraída de uma comunicação realizada no IV Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada, Leite abordava a questão afirmando que “ ‘língua materna’ é uma nomeação que incide sobre o Outro, **embora** não devamos pensar apenas na mãe” (1995, p. 68) (destaque nosso). O operador que colocamos em destaque funciona como marca da pressão que a própria constituição paradoxal do objeto designado – pela força de uma exterioridade que se impõe com seu real – exerce sobre a nomeação. Neste sentido, será produtivo citar o fragmento com o qual Leite abre seu texto:

É costume identificar a “língua materna” com a primeira língua, e nisto a língua falada pela mãe, fazendo aí a suposição de poder haver uma outra, a estrangeira, segunda; e também com a língua nacional, implicando desta forma uma identificação do falante através da língua que sustenta a unificação subentendida no conceito de nação. Se adotamos estas definições podemos inferir que o qualificativo “materna” presente na expressão se refere quer ao primeiro Outro significativo para a criança, quer à nação-mãe à qual todo e qualquer falante deve sua filiação (Leite, 1995, p. 65).

Nos fragmentos citados, opera de forma clara uma redefinição por meio da qual se evita que o fragmento “língua materna” fique vinculado apenas a algumas relações de sentido: as suscitadas pela singularidade que supõe o processo pelo qual a estrutura de um primeiro simbólico nos faz sujeitos. De fato, por conta do processo de determinação implicado por essa redefinição, amplia-se o campo das relações de sentido com as quais a nomeação “língua materna” deve entrar em jogo. Esse campo configura-se a partir de fragmentos tais como “língua nacional”, “nação”, “primeiro Outro”. Por fim, nesses fragmentos a complexidade suposta pelas relações língua materna/língua nacional entra em triangulação com um terceiro termo, absolutamente relevante para nossa reflexão: **língua estrangeira**. Assim, já estão em cena os três termos que permitirão articular nosso trabalho.

A segunda citação que aqui faremos foi pinçada de uma nota de rodapé destinada a um “esclarecimento teórico” (sic), de um livro no qual Calligaris interpreta certas formas de funcionamento do Brasil como formação social. Nessa nota, depois de retomar uma definição de língua materna já realizada no campo da psicanálise e, inclusive, de explorar seus vários sentidos¹, o estudioso introduz o seguinte comentário:

Embora em princípio a língua materna não seja a mesma coisa que a língua nacional, entende-se rapidamente por que ela acaba se confundindo com esta. Por duas razões: primeiro, porque a estrutura simbólica que nos faz sujeitos – por ser singular – não deixa de ser tomada numa rede maior, cultural, que é privilegiadamente a rede que uma história nacional organiza; segundo, porque se cada um dispõe de um pai singular, este pai sempre vale na medida em que se ilustre de alguma maneira na rede social, que também é privilegiadamente nacional [...] (Calligaris, 1996, p. 16-17) (destaque nosso).

No fragmento, por meio do operador “embora” coloca-se em relação – e, neste sentido, poderíamos dizer que a própria sintaxe segue os contornos do paradoxo – língua materna e língua nacional. No fio do intradiscorso, é retomada e acolhida a relação paradoxal que caracteriza a definição desses termos e que poderia ser parafraseada assim: “**em princípio**, língua materna não é língua nacional, **mas** se entende **rapidamente** por que ela acaba se confundindo com esta...”. No fragmento que analisamos, no entanto, o operador “embora” organiza a direção do dizer (Guimarães, 1998) no sentido de delimitar os pontos de contato que definem a relação entre esses dois termos e, dessa forma, o campo das relações de sentido com as quais a nomeação “língua materna” deve entrar em jogo se expande mediante séries tais como “rede cultural/rede social/nacional” ou mediante o fragmento “história nacional”.

¹ Devido à especificidade do campo no qual é praticada a referida definição, neste texto não consideramos necessário citá-la.

A seguir, adotando uma perspectiva discursiva, nos centraremos no campo dos estudos relativos aos processos que, com base em formulações de Serrani-Infante, entendemos como de inscrição de um sujeito em discursividades da língua do outro (1997, p. 66). Como fruto de nossa pesquisa, apresentaremos uma série de fatos de linguagem em dois domínios:

- na produção por parte de sujeitos em processo de “aprendizado formal” de língua estrangeira (neste caso, de espanhol por brasileiros) e
- nos processos assim chamados de “imersão”, no caso, de hispano-falantes – mais precisamente argentinos – imersos na rede de significantes de uma formação social, a brasileira, e afetados pela ordem do simbólico dessa formação.

Esses fatos nos levarão a realizar redefinições relativas a como se configura o conceito de **língua materna** a partir dessa interpretação. Sem abandonar a relação que de forma privilegiada apresentou-se até agora – língua materna/língua nacional – pois, de fato, ela retornará de forma central neste texto, vamos explorar a outra relação: a suscitada pelo par língua materna/língua estrangeira, tentando trabalhar com o que o confronto dessas duas nomeações, contracenando, convoca. Isto nos levará a realizar uma série de operações de determinação similares às apresentadas acima; porém, em nosso caso, submetidas à especificidade que a reflexão realizada no campo da AD possibilita.

2. Acerca da relação de assujeitamento à língua estrangeira

No quadro dos processos que focalizaremos, tanto os de aprendizado formal de uma língua estrangeira quanto os de imersão (protagonizados por migrantes), impõe-se sempre uma pergunta: **que implica** um processo que entendemos – já o antecipamos – como de inscrição do sujeito em discursividades da língua do outro (cf. Serrani-Infante, 1997, p. 66)? Neste sentido, consideramos produtivo retomar um apontamento feito por Leite para, imediatamente, submetê-lo à inflexão do dispositivo teórico da AD: “Se da língua materna pode-se dizer que há um saber, [...] é necessário alinhá-lo menos como algo da ordem de um conhecimento do que de **uma relação de assujeitamento**” (1995, p. 68). Acreditamos produtivo pensar a definição dessa relação com suas especificidades, em nosso campo de estudo.

Com base em reflexões de Orlandi, poderíamos dizer que o processo de assujeitamento a uma língua estrangeira, cujo efeito será **um saber essa língua** (e um saber **dessa** língua), dirá respeito à qualificação de uma subjetividade pela sua relação constitutiva com o simbólico (2001a, p. 100) e dirá respeito às vicissitudes pelas quais esta deverá passar em tal processo. Segundo a própria Orlandi, se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história (cf. *ibid.*); portanto, sujeitar-se às formas de dizer de outra ordem simbólica, em potência, implicará movimentos-sujeito, implicará uma subjetividade sendo solicitada e tomada em redes de memória – o que dá lugar a filiações identificadoras (cf. Pêcheux 1990, p. 54). A observação de produções em tal

processo permitirá detectar os pontos da cadeia significante nos quais não se produz a identificação simbólica e interpretar que processos discursivos determinam a resistência por parte de um sujeito (por sua própria constituição) a submeter-se à forma material – lingüística e discursiva – do novo simbólico que o interpela (cf. Zoppi-Fontana e Celada, 2005).

Para poder pensar estas questões, consideramos pertinente e produtivo refletir sobre o “modo de acontecimento da enunciação” em língua estrangeira (Serrani-Infante, 1998), tomando como ponto de partida definições de Guimarães que podem contribuir para compreender a complexidade do processo. Neste sentido, resgatamos de vários de seus trabalhos as seguintes afirmações, que dispomos aqui numa série de relações que já responde a nossa leitura:

a) a enunciação é um acontecimento e o Locutor “está dividido no acontecimento” (2002, p. 14). Está dividido “porque falar, enunciar, pelo funcionamento da língua no acontecimento, é falar enquanto sujeito” (ibid.). E para caracterizar isto, recorre a posições desenvolvidas no campo da AD: da perspectiva desta teoria, “o sujeito que enuncia **é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso**” (ibid.) (destaque nosso);

b) neste sentido, num texto prévio, ao reformular uma definição clássica de Benveniste, o pesquisador diz que, no ato de enunciação, não se trata de que um locutor ponha a língua em funcionamento pelo fato de apropriar-se dela, pois “a língua funciona na medida em que um indivíduo ocupa uma posição de sujeito no discurso e isto, por si só, põe a língua em funcionamento, por **afetá-la pelo interdiscurso**” (1989, p. 28-29) (destaque nosso);

c) por fim, retoma e sintetiza, antecipando o expresso em a): “enunciar é o pôr-se a língua em funcionamento ao ser afetada pelo interdiscurso”, portanto, “a enunciação é um acontecimento e é também o funcionamento da língua, no acontecimento”. E, ainda, para se distanciar da formulação de Benveniste, esclarece que **não é o sujeito mas a interdiscursividade que faz a língua funcionar** (cf. 1998, p. 428).

De nossa perspectiva, na formulação conceitual que Guimarães constrói sobre enunciação, está alojada a complexidade essencial e específica que implica o processo de enunciar numa língua estrangeira. Poderíamos dizer que o amplo horizonte desse processo está sinalizado por uma injunção que marca uma dinâmica e produz uma tensão: a injunção a que um sujeito ocupe uma posição no discurso e, por isso, ponha a língua em funcionamento – fato que implica que esta é afetada pelo interdiscurso.

3. Acerca das vicissitudes do assujeitamento

Neste ponto, vale a pena reconhecer que provavelmente, como já dissemos, não chegaremos a conclusões muito distantes das que já foram elaboradas com relação ao conceito de “língua materna”; acreditamos inclusive que as relações entre esta e a “língua nacional” serão, em parte, confirmadas. Porém, a materialidade, a constituição dos **fatos de linguagem** que interpretaremos virá a trazer mais força para certos

aspectos dessa conclusão e, também, a submeterá a certas especificidades e nuances, fazendo despontar distinções produtivas para a reflexão sobre os processos conhecidos como de aquisição de línguas estrangeiras.

3.1. (A)língua como matéria

Na pesquisa que desenvolvemos no doutorado (Celada, 2002), atestamos o papel crucial que a língua materna tem no processo de aquisição de uma língua estrangeira. Naquele momento, partimos da formulação de Revuz, segundo a qual

[...] se o encontro com a língua estrangeira provoca efeitos – com os quais o sujeito é o primeiro a surpreender-se – é que ela não é pura reprodução, nem pura descoberta de um alhures, mas jogo complexo de similitudes e afastamentos no qual **a relação com a língua materna acha-se precisamente reposta em jogo** (Revuz, apud Castro, 1998, p. 256) (destaque nosso).²

Na produção em espanhol por brasileiros, como em todo processo de aprendizado de língua estrangeira, deparamo-nos com um emaranhado de marcas heterogêneas – que analisamos como efeitos de uma série de deslizos e movimentos de um sujeito ao longo do processo de inscrição num simbólico outro. Num jogo marcado por repetição e diferença, por repetição e abertura à singularidade, essa massa joga com o peso de sua contundente recorrência e, de nossa perspectiva, ela diz respeito a uma subjetividade: a um sujeito e ao modo como uma língua estrangeira acontece nele (já constituído pela ordem de um simbólico). Tentando atingir mais clareza em nossa formulação, de modo que consigamos apreender certas especificidades e abrir um ponto de acesso à complexidade de nosso objeto, diríamos que ela diz respeito a quais aspectos de sua subjetividade essa língua solicita, em que pontos a toma, afeta e convoca.

Sabendo que a maioria das marcas que compõem o emaranhado, mesmo provocando uma injunção à interpretação, resiste à análise, devemos dizer que, em nossa pesquisa, o que abriu a possibilidade de traçar uma interpretação foi o fato de observar que a produção dos aprendizes brasileiros de espanhol mostrava em espelho fragmentos das “várias línguas” que os habitam na relação travada com a ordem do simbólico. Para sermos mais precisos, mostrava em espelho a “língua da escola”, da “escrita da escola”, da “oralidade”, a língua submetida a um discurso gramatical – esta era nossa formulação inicial e, de fato, respondia a uma forte intuição que o dispositivo teórico da AD já estava alimentando. Tais marcas reclamavam de nós uma

² O trabalho de Revuz citado por Pereira de Castro é de 1987 e leva o título de “Apprentissage d’une langue étrangère et relation a la langue maternelle.”. Memorial apresentado na Université Paris VII. D.E.S.S. de Psychologie Clinique. A tradução ao português é da própria Pereira de Castro.

interpretação e, ao revisar a constituição da relação do brasileiro com a ordem do simbólico, foi possível detectar que correspondiam a **deslocamentos** de posições-sujeito relativas ao (seu) português – ao que designamos como língua materna não sem submeter este conceito, tal como previmos, a uma redefinição. Neste ponto, será necessário fazer uma breve exposição.

Pouco tempo depois de começar o processo de aprendizado de espanhol em situação formal, por efeito de uma identificação ou captura imaginária, segundo a qual essa língua, do ponto de vista do aprendiz, passa a ser “difícil – correta – detalhista – redundante – complicada – rebuscada – formal – mandona”, o brasileiro **revive** um impasse **vivido** na escola com relação à escrita (Orlandi, 2001). Em tal processo, o funcionamento material dessa língua no discurso afeta-o na contradição constitutiva que sua subjetividade suporta por abrigar a relação de não-continuidade que se produziu no Brasil entre escrita e oralidade, fundamentalmente, como efeito de um processo de colonização. Atinge-o, portanto, na relação desigual que essa subjetividade – por efeito de uma história e de uma tradição institucional que faz parte dessa história – suporta a esse respeito; e, nesse sentido, trará à tona a tensão, as oscilações que a referida contradição desencadeia.

Vejam os que queremos dizer: a seqüência imaginária que aparece como uma glosa no processo, e segundo a qual a língua espanhola é “difícil – correta – detalhista...”, nos permitiu levantar a hipótese de que a língua espanhola ressoa para o brasileiro como **a escrita que a escola conserva** (Gallo, 1992), como **a escrita modelar e normativa** que essa instituição sustenta (Côrrea, 1997). De sua parte, os fatos que apareciam na produção dos aprendizes de espanhol nos possibilitaram observar vaivéns que interpretamos como o ecoar dos que eles produzem quando são solicitados como sujeitos da escrita – por exemplo, nos vestibulares. Nas produções a seguir, será possível detectar essas oscilações, todas elas relativas à escrita modelar que acabamos de delimitar, todas elas ecoando o impasse vivido na escola, como efeito da exclusão que esta instituição produz:

(1) *A ti te gusto*
Pero tú no me cree
Dígote *siempre*
Y dizes que no

Em (1) damos destaque para uma marca – em espanhol seria possível: “te digo” – que, a partir de nossa hipótese, interpretamos como relativa a uma posição-sujeito de escrita: o gesto que lhe dá corpo é um gesto para atingir “certa escrita”, à imagem da modelar e normativa descrita acima. No próximo, podemos detectar a marca de um deslize que anda na direção contrária:

(2) *Señor Rossi, ¡por Dios! ¿Qué hiciste? No estás en un restaurante o en tu casa para que sirvas fiambres. ¿No sabes tú que para cada situación hay maneras diferentes de tratar a las personas? Tienes que adaptarte al ambiente de una joyería. ¿Piensas que a todos los clientes les gusta comer en*

*una joyería? Estamos en un establecimiento de alto nivel, por lo tanto portate como una persona de alto nivel. **Les sirva** café.*

Se na primeira produção reconhecíamos um gesto de escrituração, aqui seria possível detectar um de oralização: o que destacamos em negrito, levando em conta que nesse caso a forma possível em espanhol é “Sírveles”. Por fim, poderíamos observar o seguinte fragmento:

*(3) No me gusta ir a las discotecas
porque no **me le** gusta el son
Mas me encanta quedar com
mis amigos para irnos a los
conciertos de rock*

Nele aparece uma marca “me le” – em espanhol seria possível “me” – que interpretamos como efeito do gesto quase burocrático de uma escrita **cartorial** (Côrrea, 1997); um gesto que se excede na caracterização do que antecipa como uma escrita, que chega ao *non sense*, deixando uma marca que talvez seja o indício mais forte da violência simbólica que o brasileiro acusa quando expressa a glosa imaginária que acima expusemos.

A análise desses fatos diz respeito às vicissitudes de um sujeito com relação ao processo de se sujeitar a uma língua estrangeira como sujeito afetado por uma língua de colonização, constituído pela ordem de um simbólico que suporta a fratura que um processo de colonização produziu de forma específica no corpo de uma língua.³ Isto implica que o espanhol inclusive o afeta na relação de gozo que supõe o trabalho de separação que o brasileiro explora no português (cf. Orlandi, 2002a) e que Mário de Andrade chamava de “gostosa oralidade” (cf. 1972). As marcas que interpretamos são efeito do trabalho por parte de um sujeito para, na relação com o espanhol, **construir materialmente** um hiato. O funcionamento da língua espanhola o submete, como bem aponta Zoppi-Fontana (1995), ao equívoco da própria língua: isto é, o submete à irrupção do real da história – sendo que essa língua se sustenta pela existência de um

³ Pelas restrições que nos impõe a síntese que pretendemos fazer no presente trabalho, decidimos, para atingir maior clareza, colocar no anexo uma redação de vestibular, que faz parte do corpus recortado e analisado por Corrêa (1997). No corpo desse texto, podemos detectar marcas que remetem ao vaivém que observamos nas produções em espanhol, que dizem respeito a um sujeito dividido entre escrita e oralidade – no sentido em que aqui definimos essa divisão. Inclusive, no enunciado que encerra a redação, é possível detectar um gesto cartorial, como o próprio Corrêa poderia designá-lo (vide anexo). Nas produções em espanhol aparecem explorados todos os pontos que possibilita ou abre uma **posição-sujeito de escrita** – a que podemos detectar nessa redação de vestibular.

impossível inscrito em sua ordem e afeta o sujeito nos diferentes processos em que este foi interpelado (Gadet e Pêcheux, 1984).

Retomando o fio de nossa reflexão para nos centrar no par língua materna/língua estrangeira, podemos afirmar que no processo que analisamos a relação de um sujeito com a primeira se acha precisamente reposta em jogo – como dizia Revuz. Neste sentido, inclusive, os fatos que detectamos funcionam como **marcas às quais dão corpo certas posições-sujeito relativas à língua materna**: por isso, designamos esses deslizos como **deslocamentos** produzidos por um sujeito capturado por determinadas identificações imaginárias, segundo as quais o espanhol ainda é antecipado como continuidade da língua materna. Essas observações nos levaram a praticar uma operação que, com o tempo, foi se tornando cada vez mais necessária. Assim, afirmamos que a formulação de Revuz que acabamos de citar precisa ser submetida a uma inflexão. Para tanto – inspirando-nos numa “forma de dizer” de Orlandi (2001b, p. 17) e em outra de Calligaris (1996, p. 9), ambas muito felizes – dissemos: **trata-se de uma língua materna – e, em nosso caso, uma língua de colonização⁴ – declinada em todos os sentidos que implica o fato de ela ser tomada numa rede maior, que é privilegiadamente a rede que uma história nacional organiza.**

A afirmação permite pensar na constituição de uma língua, no espaço de uma nação, por meio da alfabetização, da aprendizagem e até do uso legal dela (cf. Gadet e Pêcheux, 1984, p. 35). Permite pensar nos instrumentos lingüísticos que propiciam a gramatização da língua e em cujo processo a Escrita e a Escola desempenham papel fundamental (cf. Orlandi, 1998, p. 211). Permite, inclusive, incluir a observação de processos institucionais, “inscritos de forma implícita nos usos diferenciados (e diferenciadores) da linguagem” (Orlandi, 1988, p. 7). A partir dessa série de relações e tomando como base formulações de Gadet e Pêcheux (1984, p. 33), devemos dizer que estamos pensando essa língua materna como o real da língua (cf. Milner, 1987), atravessado pelo real da história, constituído pela complexidade contraditória, que aloja a questão política e que, inclusive, nos leva a considerar os aprendizes de língua estrangeira como falantes que habitam um “espaço de enunciação” e nele estão determinados pelas línguas que aí são faladas e divididos pelos seus direitos a dizer e aos modos de dizer (Guimarães, 2002, p. 18).

Essa **heterogeneidade** da língua materna nos levou à redefinição feita acima, a partir da reflexão que a AD possibilita. E essa heterogeneidade, é preciso que façamos o esclarecimento, ganha ainda mais espaço quando Payer (2005), a partir dos

⁴ Gostaríamos de esclarecer que falar em “língua de colonização” implica, no Brasil, falar, dentre outras coisas, da relação da língua portuguesa com a língua geral e com as línguas indígenas. Fazemos o esclarecimento pensando que a memória dessas línguas (Payer, 1999) e os processos de exclusão que sofreram estão inscritos no funcionamento da língua brasileira.

resultados de sua pesquisa com relação à língua dos imigrantes italianos no Brasil, coloca em causa – reafirmando posições já tomadas por Serrani-Infante (1997) e Revuz (1998) – “uma certa noção de língua materna como alguma coisa que coincidiria com a língua empírica falada pela mãe”. E a leva a postular que “a *função de língua materna* pode constituir-se a partir de materialidades lingüísticas diversas, isto é, de mais de uma língua específica” (id.).⁵

Como uma conclusão relativa à série de fatos que analisamos, poderíamos partir de Revuz (1998) para dizer que a relação com a língua materna nesse processo é reposta em jogo como matéria. A partir desta idéia sugestiva, diríamos que os fatos que interpretamos – que, no campo da Lingüística Aplicada, é preciso lembrá-lo, são tratados como “erros” – são da **ordem da língua**, pois dizem respeito à relação **sujeito/língua**. Voltaremos a isso no final do texto e, à luz dos fatos que interpretaremos a seguir, ficará mais claro o que aqui tentamos dizer.

3.2. Do interdiscurso: efeitos de pré-construído e de articulação

Para concluir, consideraremos uma cena enunciativa, que foi analisada num trabalho realizado em co-autoria (cf. Celada e Zoppi-Fontana, 2005).⁶ Talvez a forma sucinta que nos impõe esta apresentação não nos permita mostrar com tanta força o que conseguimos mostrar na referida análise, que nos servirá de guia.

A cena é representativa de uma série recorrente, na qual formulações pronunciadas por imigrantes argentinos (ou hispano-americanos) residentes no Brasil produzem efeitos de ruptura na relação estabelecida com o interlocutor brasileiro, sinalizando um modo de dizer que não coincide com aquele de posições discursivas delimitadas no interdiscurso específico da formação social brasileira ou que, ao menos, não predominam nela. O caso ocorreu no IX Encontro Nacional da ANPOLL realizado em Maceió em 2003 e envolve funcionamentos jurídico-administrativos no âmbito acadêmico. No momento em que uma mesa de trabalho estava concluindo sua apresentação, nossa protagonista, imigrante argentina residente no Brasil, que estava na platéia assistindo ao debate de encerramento, foi interpelada por um monitor: – *Qual o seu nome, professora?* Ele segurava, em uma mão, um conjunto de atestados a serem distribuídos e, com a outra mão, apresentava à docente uma lista para que ela a assinasse, registrando o recebimento do atestado como expositora no congresso.

⁵ A observação da pesquisadora cobra força conclusiva se lembramos que, num trabalho prévio, ela consegue mostrar o funcionamento do que chama de “memória da língua” – no caso, a língua dos imigrantes italianos no Brasil – no real da língua desses brasileiros (1999).

⁶ O trabalho de análise realizado com Zoppi-Fontana (IEL/Unicamp) já foi citado anteriormente (Zoppi-Fontana e Celada, 2005), pois trabalhamos aqui com duas versões. Ambas, no momento em que redigimos o presente texto, prestes a ser publicadas (vide Referências Bibliográficas).

Diante da demanda para assinar, a docente – que ainda não fizera a referida apresentação –, tomada por uma contradição ético-jurídica, respondeu: – *Mas eu ainda não falei...!*

A partir do funcionamento do operador argumentativo *mas* presente na formulação, podemos propor uma paráfrase que dê visibilidade ao enunciado condicional hipotético que, com valor de constatação dedutiva a partir de uma lei geral, lhe serve de efeito de sustentação (cf. Pêcheux, 1988): “Se não fiz minha apresentação não posso/não devo receber ainda o atestado nem assinar pela sua entrega antecipada”. Assim, aparece explicitada a **modalidade deôntica** que atravessa a formulação, inscrevendo a cena enunciativa em um espaço de enunciação (cf. Guimarães, 2002) organizado por um “dever fazer” que remete a um procedimento jurídico-administrativo, constituído sobre a base de um mandato ético-jurídico: “o modo como as coisas devem ser feitas”, mandato que não estaria sendo respeitado e que funciona, nessa enunciação, como pré-construído (cf. Pêcheux, 1988). Percebemos nesta cena, sobretudo a partir do que a análise de outras nos permitiram detectar no trabalho citado, a inscrição do locutor em uma posição de sujeito identificado com relação à forma-sujeito do “direito de regulamentação” (cf. Gadet e Pêcheux, 1984). Em outras palavras, a formulação do enunciado produzido por nossa protagonista corresponde ao de um sujeito identificado com a lógica dos universais, com o espírito de aplicar a lei, com um direito culto, letrado e doutrinal cujas premissas e axiomas distribuem os direitos e os deveres que configuram as relações interlocutivas. Gadet e Pêcheux atribuem todos esses traços a essa modalidade de direito, que corresponde ao direito continental europeu (idem, p. 206-210).

Percebemos inclusive a presença do lugar de um terceiro abstrato (cf. Zoppi-Fontana, 2004) funcionando como mediador/regulador/inibidor dos acordos subjetivos e pessoais que possam ser estabelecidos entre os interlocutores na cena enunciativa. A reação do interlocutor brasileiro diante da formulação da imigrante argentina sinalizou, mediante um gesto de perplexidade, acompanhado de silêncio, que aquela ressalva produzia, no mínimo, um efeito de estranhamento. O confronto discursivo aí instaurado opõe uma posição de sujeito que se inscreve em uma modalidade do “dever fazer” (deôntica) – e que pressupõe uma instância de regulação – a uma outra posição inscrita em uma modalidade do “poder fazer” (de possibilidade), que supõe uma negociação *in loco* entre os interlocutores. Ambas as posições são, por sua vez, determinadas pela relação com um espaço institucional. Os interlocutores, na sua enunciação, ocupam desigualmente estas posições, (se) significando (n)as relações estabelecidas imaginariamente na cena enunciativa. Neste sentido, resta dizer que a docente argentina que protagonizou a cena, de forma imediata, reconheceu seu lugar de estrangeira, sorriu e, tomada pelos efeitos de uma contradição subjetiva, pensou: – – *¡¡Pero qué tonta que soy!!*

De acordo com os resultados da pesquisa desenvolvida com Zoppi-Fontana, podemos afirmar que a **modalidade do “poder fazer”** predomina em discursividades

relativas à formação social brasileira: o sujeito identifica-se muito mais com uma espécie de casuística que resgata e retém a materialidade, a concretude do particular e o peso dos afetos, dos corpos, do outro, e não as relações que podem ser deduzidas a partir de uma lei geral a ser aplicada. De sua parte, a **modalidade deôntica** predomina em discursividades relativas à formação social argentina. Essas afirmações nos possibilitaram entender a constituição de imaginários que argentinos e brasileiros projetam especularmente, mas, sobretudo, nos permitiram entender uma diferença: as predominâncias que apontamos têm a ver com a formação dos Estados/Nações, fundamentalmente, e com o modo como os sujeitos são interpelados por esses Estados.

A conclusão ilustrativa que tiram os hispano-americanos que residem no Brasil reza: “no Brasil, quando você estiver realizando tramitações, mexendo com documentação” – glosas que fazem referência a certos espaços jurídico-administrativos onde mais acontece o tipo de cenas que estamos analisando – “não é bom enunciar direitos em abstrato e, muito menos, reivindicá-los”.

Nesta cena, estamos diante da forma material de um enunciado – *Mas eu ainda não falei...!* – que irrompe e que, de alguma forma, talvez sutil, **designa o sujeito como estrangeiro** (cf. Melman, 1992). Retomando o fio de nossa reflexão, poderíamos – a partir de formulações de Orlandi (2002b) – elaborar uma conclusão: a forma material do enunciado que analisamos representa **um modo de estar na língua do outro permanecendo na ordem discursiva relativa ao funcionamento de sua própria língua**. Em certas análises mais ou menos frequentes no campo dos estudos da linguagem, o estranhamento produzido por essa forma de enunciar seria interpretado como mal-entendido cultural. O quadro teórico da AD nos permite compreender esse efeito de outra forma. O que temos aí é um fato da **ordem do discurso**: um efeito de sustentação (cf. Pêcheux, 1988) que dá corpo a um raciocínio deôntico/dedutivo acerca da ordem das coisas; trata-se de um **interdiscurso** funcionando como uma grade de interpretação com relação a um sujeito inscrito numa posição que se identifica com uma certa forma-sujeito do direito que se organiza ao redor do dever ser, do dever fazer e da interdição. Esse funcionamento, relativo a uma interdiscursividade, obtura a possibilidade de que se dê aí a identificação na ordem da língua do brasileiro: um ponto de uma subjetividade resiste pela sua própria constituição histórica e não se submete à forma material desse outro simbólico. A própria determinação histórico-discursiva submete esse sujeito a uma “articulação” (Pêcheux, 1988) que se projeta no seu intradiscurso, daí o efeito de falta de coerência discursiva (cf. Orlandi, 1996) dada pela não-adequação a uma exterioridade, isto é, a alguma região do interdiscurso ou aos funcionamentos deste, que poderiam dar-lhe sustento.

4. Algumas observações pontuais

Foi possível neste trabalho detectar fatos de linguagem na produção em língua estrangeira. No primeiro caso, no âmbito de processos formais de aprendizado, foi possível interpretá-los a partir da relação língua/sujeito e como pertencentes à ordem da língua, pois o que interceptava a identificação simbólica era que um locutor, tomado por um certo imaginário, deslocava posições-sujeito relativas à língua materna. Já no segundo caso, no qual vasculhamos a enunciação em português de um imigrante argentino residente no Brasil, foi possível detectar fatos a partir da constituição do sujeito em sua relação com o sentido (Pêcheux, 1988, p. 164) e, por isso, os qualificamos como pertencentes à **ordem do discurso**, ou, se preferirmos, do **interdiscurso**: dizem respeito à relação **sujeito/ordem das coisas**. Algo do plano da “articulação” e do pré-construído irrompia na produção em língua estrangeira e remetia a posições específicas, configuradas em processos de interpelação específicos de outra formação social.

Em ambos os casos, embora isso aconteça de formas diferenciadas e corresponda às especificidades dos respectivos processos, falha o modo como acontece a injunção a que um sujeito ocupe uma posição no discurso na enunciação, pelo fato de falar de uma região do interdiscurso – injunção que definimos com base em conceitos de Guimarães (2002). Algo intercepta o efeito de transparência: o locutor, como sujeito, “põe em funcionamento” a língua a partir de posições-sujeito não passíveis de delimitação com relação a esta ou às regiões e articulações do interdiscurso que dão sustentação a sua forma material – fato que, ao trabalhar uma inscrição heterogênea, designa esse sujeito como estrangeiro.

Acreditamos que diferenciar esses fatos pode contribuir para entender as relações língua materna/língua estrangeira nos processos de inscrição de um sujeito em discursividades de uma língua outra, pois eles dizem respeito, retomando a lúcida formulação de Orlandi (2001a, p. 100), à qualificação do sujeito por sua relação constitutiva com o simbólico – pelo **assujeitamento à língua na história**.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Mario de. *O empalhador de passarinho*. São Paulo: Martins Editora e Instituto Nacional do Livro/MEC, 1972.

CALLIGARIS, Contardo. *Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo, Escuta, 4ª. ed., 1996.

CELADA, María Teresa. *O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira*. Tese de doutorado. Campinas: IEL/Unicamp, 2002. Disponível em www.usp.fflch.usp.br/dlm/espanhol/tesemtc.zip

_____; ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. “Brasil/Argentina. Movimientos de identificación y de resistencia con relación a una forma-sujeto de derecho.” In: *Memorias del XIV Congreso del Alfal*, 2005 (no prelo).

- CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. Tese de Doutorado. Unicamp/IEL, 1997.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *La lengua de nunca acabar*. Trad. por Beatriz Job. México: Fondo de Cultura Econômica, 1984. (Há tradução ao português: *A língua inatingível. O discurso na história da lingüística*. Trad. por Bethania Mariani e Ma. Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, Pontes, 2004.)
- GALLO, Solange. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- GUIMARÃES, Eduardo. “Independência e morte.” In: ORLANDI, Eni. *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, p. 27-30, 1989.
- _____. “Interdiscurso, textualidade e argumentação.” In: *Signo & Seña*, número 9, p. 427-436, 1998.
- _____. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- LEITE, Nina Virgínia de A. “O que é ‘língua materna’?” In: *Anais do IV Congresso brasileiro de Lingüística Aplicada*. Campinas, p. 65-68, 1995.
- MELMAN, CH. (1992). *Imigrantes. Incidências Subjetivas das Mudanças de Língua e País*. (Trad. por Rosane Pereira.) São Paulo: Escuta.
- MILNER, Jean-Claude. *El amor por la lengua*. (Trad. por Armando Sercovich.) Buenos Aires: Nueva imagen, 1ª reed. em espanhol, 1987.
- ORLANDI, Eni. “Confronto pela linguagem.” In: _____. (org.) *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, p. 7-9, 1988.
- _____. *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- _____. “Identidade lingüística escolar.” In: SIGNORINI, Inés. (org.) *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras/FAPESP/FAEP, p. 203-212, 1998.
- _____. “Do sujeito na história e no simbólico.” In: _____. *Discurso e texto. Formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, Pontes, p. 99-108, 2001a.
- _____. “Apresentação.” In: _____. (org.) *História das idéias lingüísticas. Construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Cáceres: Unemat/Pontes, p. 7-38, 2001b.
- _____. “A língua brasileira.” In: _____. *Língua e conhecimento lingüístico. Por uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, p. 21-32, 2002a.
- _____. “O teatro da identidade: a paródia como traço de mistura lingüística (italiano/português).” In: _____. *Língua e conhecimento lingüístico. Por uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, p. 33-45, 2002b.
- PAYER, Onice. *Memória da língua. Imigração e nacionalidade*. São Paulo: Escuta (no prelo). (Tese de doutorado. UNICAMP/IEL, 1999.)

_____. “Memória, esquecimento e ensino. Língua de Imigrantes (italianos) no Brasil.” In: *Anais do IV Encontro Internacional da ABRALIN*, 2005a (no prelo).

PEREIRA DE CASTRO, Maria Fausta. Língua materna: palavra e silêncio na aquisição da linguagem. In: Junqueira Filho, L.C.U. (org.). *Silêncios e luzes. Sobre a experiência psíquica do vazio e da forma*. São Paulo: Casa do psicólogo, p. 247-57, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. (Trad. por Eni P. Orlandi, Lourenço Ch. Jurado Filho, Manoel L. Gonçalves Corrêa e Silvana Serrani.) Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. (Trad. por Eni Orlandi.) Campinas: Pontes, 1990.

REVUZ, Christine. “A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio”. (Trad. por Silvana Serrani). In: SIGNORINI, Inés. (org.) *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras/FAPESP/FAEP, p. 213-230, 1998.

SERRANI-INFANTE, Silvana. Formações discursivas e processos identificatórios na aquisição de línguas. In: *D.E.L.T.A.*, vol. 13, número 1, p. 63-81, 1997.

_____. Abordagem transdisciplinar da enunciação em segunda língua: a proposta AREDA. In: Signorini, I. e Cavalcanti, M. (orgs.) *Lingüística Aplicada e transdisciplinariedade*. Campinas: Mercado de letras, p. 143-167, 1998.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. O espanhol no espelho. In: *Anais Encontro sobre Políticas Lingüísticas*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná e Associação de Universidades Grupo Montevidéu, p. 62-65, 1995.

_____. “A arte de cair fora. O lugar do terceiro na enunciação.” In: *Revista ECOS. Variantes lingüísticas Literaturas regionais*, ed. n. 002, julho, p. 61-69, 2004.

_____ e CELADA, Maria Teresa. Sujetos desplazados, lenguas en movimiento: identificación y resistência em procesos de integración regional. In: *ELA (Unam)*, n. 42 (no prelo).

Anexo

A violência não está se iniciando, no país, nesses tempos, já vem de muito antes, desde o descobrimento da América, onde exterminavam tribos inteiras para levar seus metais e pedras preciosas, como o ouro e o rubi; ou até mesmo eles próprios como escravos.

Ela está em qualquer lugar, desde um bom dia agressivo até aos campos de futebol, onde sempre no final da partida ocorre brigas entre as torcidas. Não

precisamos ir muito longe para observarmos mais exemplos de violência; nas famílias onde há irmãos; sempre acontecerá brigas, geralmente por motivos sem importância ou até mesmo patéticas como o lugar na sala, ou que um receba mais atenção.

Por outro lado as pessoas não tem culpa, pois desde o golpe de 64, onde muitos foram exilados, ou torturados, e algumas desapareceram por serem prejudiciais ao governo ditador da época. Com isso a violência ficava mantida em cada um de nós, até que com o fim da ditadura, ela explode mais forte, e em qualquer forma, desde grupos de ruas, os famosos trombadinhas, até a bandas de rock.

Antes de mais nada é necessário que a população seja mais amável e que tome consciência disso, mas é muito difícil pois a violência já faz parte das pessoas.

Portanto sempre a existirá, pois para contê-la necessitamos dela.

Extraído de Corrêa, M.G. (1997)